

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.378 - SP (2019/0112158-1)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : LUIZ EDUARDO AURICCHIO BOTTURA**  
**ADVOGADOS : LORINE SANCHES VIEIRA - SP352844**  
**VANNIAS DIAS DA SILVA - SP390065**  
**AGRAVADO : BNE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S/A**  
**AGRAVADO : ADALBERTO BUENO NETTO**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE FIDALGO - SP172650**  
**EDUARDO DE OLIVEIRA GOMES DIAS - SP146266**

### **DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interno interposto por LUIZ EDUARDO AURICCHIO BOTTURA, contra decisão proferida pelo em. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo em recurso especial, por incidência da Súmula 182/STJ.

O recurso especial, por sua vez, foi manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Apelação. Ação cautelar de exibição de documentos. Sentença de extinção por falta de interesse processual. Inconformismo do autor. Manutenção da sentença por seus próprios fundamentos (art. 252 RITJSP). Preliminares rejeitadas. No mérito recursal, o próprio autor admite que, em sua versão, inexistem as duplicatas que pretende sejam exibidas. Via imprópria. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do agravo interno, a parte agravante requer a retratação ou o julgamento no órgão colegiado, com o consequente prosseguimento para análise do recurso especial, no qual apontou violação ao disposto nos artigos: a) 489, § 1º, IV, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, sustentando que houve omissão no acórdão recorrido quanto à existência de interesse de agir na ação cautelar de exibição de documentos e b) 397, II, e 485, VI, do CPC/2015, aduzindo que "Uma vez tendo sido aludido (pelos Recorridos) a existência de duplicatas em um processo-inquérito e em notícia na imprensa para constituir prova contra o Recorrente, bem como tendo os Recorridos sido notificados a apresentarem tais documentos previamente; e, somente após a citação judicial, que juntaram boletos bancários emitidos pela empresa do pai do Recorrente, provando que jamais existiram duplicatas, há claro interesse de agir pela regra do art. 397, II, do NCPC (art. 358, II, do CPC/73), pois é exatamente esse o mecanismo previsto para evitar o blefe." (fl. 539); assim, a decisão da ação de exibição de documentos serviria de base para uma futura ação indenizatória contra os recorridos.

Impugnação ao agravo interno às fls. 623-637.

É o relatório. Decido.

2. Reconsidero a decisão de fls. 606-607, tendo em vista que houve, no agravo em recurso especial, a necessária e suficiente impugnação da decisão agravada.

3. De início, não se pode conhecer da apontada violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente, e sem erro material.

4. No que se refere aos arts. 397, II, e 485, VI, do CPC/2015, a conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido da ausência de interesse de agir na ação cautelar de exibição de documentos, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos, como observado no seguinte trecho do acórdão (fl. 501):

Porém, no próprio mérito do recurso, o apelante não logrou convencer de que ocorreu manejo certo da via escolhida para lograr acolhimento de seu pedido inaugural.

Se o próprio autor reconhece não ter havido emissão de duplicatas qual o propósito de encetar uma ação de exibição de documentos de caráter preparatória de uma ação de indenização?

Qual o sentido que o autor tinha para conhecer o teor de duplicatas se não as emitiu [fls. 5]?

E esse fato ficou demonstrado nas peças pelas quais debruçaram-se as partes ao longo do feito.

Tendo admitido que os cogitados réus "inventaram a existência de tais duplicatas", o autor desmereceu a tutela reclamada em via imprópria.

Rever os fundamentos do acórdão recorrido, para analisar a alegação de que estava configurado o interesse de agir, importa necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso especial.

5. Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada e nego provimento ao agravo em recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator